



**BARBOSA FILHO, FÁBIO RAMOS; OTHERO, GABRIEL DE ÁVILA (ORG.). (2022).
LINGUAGEM “NEUTRA”: LÍNGUA E GÊNERO EM DEBATE.
PARÁBOLA. 216 PÁGINAS. ISBN: 978-85-7934-254-7**

Jéssyca Camargo da Cruz¹

Universidade de São Paulo /CAPES

São Paulo, Brasil

jccruz@usp.br

Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate (2022) é uma coletânea de artigos publicada pela editora Parábola e organizada por Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A obra se destaca por reunir em um único volume reflexões científicas, a partir de diferentes perspectivas teóricas, sobre o fenômeno glotopolítico que no Brasil tem se denominado *linguagem neutra*. O livro contém nove capítulos, sendo oito escritos por docentes e estudantes de graduação e pós-graduação da área dos estudos da linguagem de diferentes universidades do Brasil; e um capítulo assinado por Mara Glozman, pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, no qual a autora nos contextualiza acerca da luta que vem sendo travada na Argentina pela garantia do direito de usar *el lenguaje inclusivo*.

O lançamento da obra ocorre num momento em que gradativamente as atividades acadêmicas presenciais começam a ser retomadas após a maior crise sanitária enfrentada na história mundial recente que, em nosso contexto, resultou na morte de mais de 680 mil brasileiras e brasileiros por complicações causadas pela Covid-19. Ao mesmo tempo em que testemunhamos diariamente milhares de óbitos em decorrência do colapso do sistema público de saúde e da gestão ineficiente de um governo negacionista; enfrentamos a desinformação por meio da circulação de notícias falsas fundamentadas em ideias pseudocientíficas e o menosprezo à ciência e às medidas protetivas recomendadas por sanitaristas. São esses sombrios “tempos de pseudociências” (p.16), somados às dúvidas e questionamentos levantados pela comunidade linguística em diferentes espaços enunciativos que, nas palavras dos organizadores, os motivam a propor esta compilação

que trata de um tema que tem produzido discussões acaloradas não apenas no Brasil, mas em diferentes lugares do mundo.

No decorrer dos capítulos, a leitora e o leitor encontrarão: análises semânticas, pragmáticas, morfológicas, fonológicas, discursivas e pedagógicas sobre questões relacionadas à marcação de gênero em português brasileiro e em diferentes idiomas, além de reflexões sobre os conflitos normativos e políticos que este ativismo em prol da construção de práticas languageiras não sexistas provoca. A leitura propicia conhecer o funcionamento do sistema de marcação de gênero de outros idiomas em contraste com a língua portuguesa, bem como ter um panorama das estratégias que foram e estão sendo propostas no português brasileiro e ao redor do mundo para desestabilizar a supremacia do masculino como genérico nas línguas. Ao final da obra também é discutido como a linguagem neutra pode ser abordada no ensino de língua portuguesa no Brasil.

Apesar de esse ativismo linguístico ter se popularizado recentemente nas mídias sociais e nos meios de comunicação, as reflexões teóricas sobre sexismo linguístico são produzidas desde a segunda metade do século XX, com maior intensidade em três espaços glotopolíticos: Estados Unidos, França e Inglaterra (p.76). Os ativismos fomentados por organizações feministas nas décadas de 1960 e 1970 nesses três países contribuem para que no fim dos anos 1980 a Organização das Nações Unidas (ONU) considere a linguagem como um dos campos de atuação das políticas de combate à desigualdade de gênero, recomendando aos Estados membros a utilização de uma linguagem não sexista (p.100). Consequentemente, multiplicam-se as publicações de manuais que promovem estratégias de usos não sexistas nas línguas, surgindo inúmeras formas de nomear e visibilizar identidades excluídas e solapadas pelo masculino genérico. Tais práticas linguísticas recebem diferentes denominações, como: *linguagem inclusiva*, *linguagem não sexista*, *linguagem neutra*, *linguagem não binária*, *gender-neutral language*, *gender-fair language*, *écriture inclusive* (pp.163-164), entre outras. Entretanto, conforme salienta Mara Glozman no oitavo capítulo: “não se trata apenas de nomeações diferenciadas, mas também de problemáticas e questões que afetam e dão conta de posicionamentos às vezes em aliança, às vezes em conflito” (p.164).

Nesse sentido, de maneira geral, os capítulos produzidos pelas autoras e autores focam, por um lado, em abordar os discursos veiculados no Brasil sobre a *linguagem neutra*; por outro lado, debatem as características e os propósitos dessa prática linguística de uma perspectiva científica, porém variada, a depender da abordagem teórica assumida pela autoria. Nenhuma autora ou autor nega a legitimidade da reivindicação da comunidade não binária de ter o direito de existir e de ser nomeada, no entanto, em vários capítulos ficam explícitos os pontos de concordância e discordância entre as/os linguistas e a linguagem neutra.

Alguns e algumas autoras começam sua crítica por analisar o nome do ativismo, apontando as contradições que o sintagma *linguagem neutra* implica. A respeito da escolha da palavra *linguagem*, Barbosa Filho comenta que se partirmos da concepção de linguagem como uma capacidade inata do ser humano “seria bem estranho falar em ‘linguagem neutra’, já que a linguagem é uma espécie de imposição biológica, orgânica, que constitui todo e qualquer indivíduo” (p.147). A propósito das aspas que encerram o adjetivo *neutra*, presente no título da edição, o motivo pelo qual estas são utilizadas é esclarecido a conta-gotas ao longo da obra. Ao que tudo indica, as aspas em *neutra* se justificam devido às problemáticas que o termo evoca, produzindo efeitos de sentidos até mesmo contrários aos propósitos pretendidos por quem defende esta prática linguística. São usadas para problematizar a suposta ideia de que a linguagem pode ser neutra e para sinalizar a polissemia que o sentido de *neutro* pode assumir nas diferentes práticas discursivas que buscam evitar o sexismo linguístico e dar visibilidade à diversidade de gênero.

Ainda sobre a designação *linguagem neutra*, Moura e Mader, autores do segundo capítulo, também se pronunciam acerca da relação contraditória entre o nome do ativismo e seus propósitos ao reiterar que “não pode existir uma linguagem neutra do ponto de vista gramatical, pois ele define, necessariamente, um recorte das categorias biológicas percebidas no mundo” (p.39). Em consonância com Moura e Mader, Raquel Freitag, autora do terceiro capítulo, complementa afirmando que:

Não existe neutralidade de gênero quando em referência a pessoas. As pessoas têm identidade, expressão e orientação quanto a seu gênero, seja em perspectiva binária ou não binária, e são categorizadas por isso. Não existe neutralidade nesse processo: a partir do momento em que atribuímos nome a uma entidade e a inserimos em determinada categoria, passamos a atribuir valores positivos ou negativos e a definir seu lugar em escalas hierárquicas. (p.58)

Outra contradição dessa designação que autoras e autores apontam ao longo do livro é que se a finalidade da linguagem neutra é também “neutralizar indivíduos” (p.74), ao fim e ao cabo, o que ocorre quando substituímos o masculino genérico por formas com -e, por exemplo, é a omissão da diversidade de identidades de gênero, e novamente a do feminino, conforme defenderá Freitag em seu capítulo. Este último ponto mencionado provoca embates, como veremos, inclusive no interior dos movimentos feministas e LGBTQIAP+, que são os principais agentes glotopolíticos da linguagem neutra.

Uma vez apresentada a obra a seguir passaremos ao resumo dos principais tópicos abordados em cada capítulo da coletânea.

No primeiro capítulo, *O gênero e o gênero* (p.17), Sírio Possenti toca nos seguintes temas: contraste semântico dos valores atribuídos aos gêneros; se há relação entre

gênero gramatical e sexo; sobre o masculino ser o gênero não marcado e o feminino ser “uma especialização qualquer” (p.23). Possenti defende a tese de que “é no léxico que a violência discursiva no campo dos gêneros se exerce mais pesadamente e é nesse espaço, em consequência, que a luta é mais relevante e mais claramente fundamentada em fatos” (p.21). Para sustentar seu argumento, o linguista apresenta uma lista de palavras cujos sentidos em feminino e em masculino não são os mesmos, como por exemplo: *cão/cadela; vagabundo/vagabunda; touro/vaca; pistoleiro/pistoleira; aventureiro/aventureira; garoto de rua/garota de rua; homem da vida/mulher da vida; o galinha/a galinha; puto/puta; homem público/mulher pública*. O autor justifica sua tese com base nesses exemplos que demonstram que os valores pejorativos e associados ao campo da sexualidade são sempre atribuídos ao feminino e não ao masculino.

A respeito da arbitrariedade do gênero social sobre o gênero gramatical, de acordo com o autor, não há consenso entre as gramáticas de língua portuguesa sobre haver correspondência ou não entre gênero gramatical e sexo, quando se trata de seres animados. Possenti explica que na passagem do latim para o português, as gramáticas abordavam a questão do gênero através da apresentação de listas de palavras que eram femininas e masculinas de acordo com sua significação e forma. Nessa etapa, as gramáticas compreendiam -o e -a como marcações gramaticais de masculino e feminino, respectivamente, como em: *lobo/loba*. A orientação, segundo o pesquisador, era de que substantivos que fugissem a essa regra inicial teriam seu gênero gramatical identificado pelos artigos definidos *o* e *a*: *o linguista/a linguista* (p.22). De acordo com o linguista, esse não é o posicionamento sustentado pelas gramáticas atuais e nem pela linguística, que apesar de se basear na regra de que o artigo definiria o gênero das palavras, os desdobramentos dessa teoria nos estudos linguísticos serão outros, como apontaremos em seguida.

Assim, para apresentar o ponto de vista da linguística, Possenti se baseia nos estudos sobre a morfologia de gênero gramatical do português, desenvolvidos pelo linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Junior, quem defende que -o não é marca de masculino, mas sim um morfema classificatório, uma forma “não marcada”. Para Mattoso Câmara (1970, p.23), “/a/, como desinência de feminino, só existe em função de uma oposição com o masculino de desinência zero”. O autor explica que a categoria gramatical de gênero dos nomes em português se estende tanto aos seres animados - cujo sexo é o que os distinguem entre si - quanto aos seres inanimados (Mattoso Câmara, 1970). Para o linguista estruturalista, “o gênero, que condiciona uma oposição entre forma masculina e forma feminina, tem como flexão básica um sufixo flexional, ou desinência -a (átomo final) para a marca de feminino” (Mattoso Câmara, 1970, p.74). Em sua análise, assim como o singular se caracteriza pela ausência de plural, o masculino se define pela ausência de feminino. Sua conclusão é que masculino e singular são “morfema gramatical

zero” (Mattoso Câmara, 1970, p.74). Em outras palavras, conforme discute Possenti, na perspectiva gramatical recente e linguístico-estrutural, o feminino representa uma especificidade da espécie humana, ao passo que o masculino representa a humanidade. Esse pressuposto tem sido amplamente criticado pelas teorias feministas e apontado como uma manifestação de androcentrismo nas epistemologias linguísticas². Em síntese, observa-se que, por um lado, há um setor conservador no campo dos estudos linguísticos que nega a possibilidade de o patriarcado ter deixado “marcas concretas, profundas e multifacetadas na estrutura e no uso da grande maioria das línguas do mundo”, como afirmam Florence Carboni e Mário Maestri (2003, p.61). Por outro lado, através do mote “o que não se nomeia, não existe” (Brasil, 2014), movimentos feministas denunciam que o uso do masculino não marcado invisibiliza o feminino e reivindicam o direito a serem nomeadas na língua e no discurso.

No segundo capítulo, intitulado *Reversão de gênero gramatical no português brasileiro* (p.37), a partir da pragmática, Heronides Moura e Guilherme Mäder aprofundam a questão da assimetria semântica entre os gêneros gramaticais, levantada por Possenti no capítulo anterior, analisando a prática da reversão de gênero em diferentes línguas. De acordo com os pesquisadores, a reversão de gênero ocorre quando “itens lexicais, pronomes ou marcações de gênero gramatical têm a sua referência invertida” (p.38). Esta prática, conforme explicam os autores, possui três funções: a função *depreciativa*, a *aproximativa* e a *apreciativa*. Cada função é determinada pelo “contexto de uso específico e conotação visada pela reversão” (p.43).

Para exemplificar as funções da reversão de gênero, são apresentados casos de conotações positivas e negativas que o feminino e o masculino podem assumir em português brasileiro e em outras línguas como: russo, hebraico, oromo, amárico, japonês e dakota. Além das reflexões empreendidas a partir dos exemplos nas línguas citadas, Moura e Mäder questionam a teoria da neutralidade do masculino genérico defendida pela tradição gramatical e por algumas vertentes da linguística, sustentando que “a relação entre gênero gramatical e gênero biológico não é imotivada” (p.38), quando se trata de referência a seres humanos. Apesar de algumas gramáticas insistirem na tese da separação entre gênero gramatical e gênero social, os autores citam estudos que questionam a neutralidade do masculino não marcado e apontam que “é difícil não fazer a associação do gênero masculino com traços da masculinidade, mesmo quando se usa o masculino genérico” (p.41). Assim, com base na análise das conotações que o feminino e o masculino podem assumir em português brasileiro, os linguistas concluem que: “assim como ocorre em outras línguas, mantém-se no português uma assimetria na reversão do gênero gramatical, inexistindo casos de conotação positiva associados à aplicação do gênero feminino a homens” (p.39).

Em *Conflitos de regras de dominância de gênero* (p.53), terceiro capítulo da obra, Raquel Freitag discute a linguagem neutra e o conflito de visibilidade que seu uso provoca para o feminino. Freitag considera que o português brasileiro se encontra num estágio de disputa por qual será o "gênero genérico", já que, em sua análise, o masculino está sendo "ameaçado por outra regra, a da neutralização do gênero" (p.54). Nessa disputa, na visão da autora, existe um conflito: usar o gênero neutro no lugar do masculino não marcado invisibiliza e marginaliza, mais uma vez, o feminino. A pesquisadora explicita que foi a corrente funcionalista da Escola de Praga que passou a analisar o gênero gramatical do ponto de vista binário da *marcação* e da *não marcação*, com a finalidade de "padronizar a descrição linguística, possibilitando a comparação entre as línguas" (p.60). Apesar de diversas correntes linguísticas adotarem a teoria de que -o não é desinência de gênero e sim vogal temática, a sociolinguista considera que no imaginário das e dos falantes, inclusive no das crianças em processo de aquisição, -o é representado como marca de masculino. A autora menciona que a consciência das marcas de androcentrismo nas línguas motivou as feministas a lutarem pela visibilidade do feminino e pelo direito a serem nomeadas em concordância com seu gênero. Desde então, inúmeros manuais têm sido publicados em diversos idiomas com orientações para incluir o feminino na língua, prática esta que é conhecida como *linguagem inclusiva*. No Brasil, circulam alguns manuais de linguagem inclusiva nos quais se encontram listas de estratégias de como evitar usos sexistas em português e, mais recentemente, têm surgido publicações de manuais de linguagem neutra. Freitag critica a forma como esses manuais são elaborados, pois de seu ponto de vista, eles não promovem um "prescritivismo baseado em um padrão linguístico identificado em uma comunidade de fala" (p.168). A autora compreende que esta forma de intervir na língua é tão excludente quanto qualquer outro comando paragramatical ou prescrição inspirada na *norma curta*, nos termos de Faraco (2008, p.68). Apesar de reconhecer a necessidade de se criar formas de nomear as identidades não binárias, a pesquisadora demonstra insatisfação com a proposta de trocar o masculino genérico pela neutralização dos gêneros com o uso de -e, afirmando que é "trocar uma hegemonia por outra" (p.70). Ela encerra sua reflexão deixando claro seu posicionamento sobre a linguagem neutra afirmando que defende "o direito de ter direito a escolher pronomes e flexão de meu gênero, não a neutralidade, apagando meu gênero" (p.71).

No quarto capítulo, que recebe o título de *A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência* (p.73), Silvia Cavalcante analisa a linguagem neutra comparando o sistema de marcação de gênero da língua portuguesa com o das línguas inglesa e alemã. Seu texto destaca a magnitude das mudanças que a proposta de incluir um terceiro gênero gramatical implica na estrutura do português, uma vez que, segundo a autora, a inserção de "um afixo de gênero neutro" supõe a "reformulação do sistema

pronominal, do sistema de artigos (determinantes) e do sistema de categorias nominais (nomes e adjetivos)” (p.77). Nessa esteira, a partir de exemplos extraídos de manuais de linguagem neutra (Caê, 2020), a pesquisadora apresenta que em português brasileiro estão coexistindo quatro propostas de pronomes pessoais neutros, a saber: *elu*, *ile*, *ilu* e *el*. No que diz respeito ao sistema de artigos definidos, há duas possibilidades: *ê(s)* e *le(s)*. Por fim, “para os pronomes complemento há uma opção: os clíticos acusativos: *e* e suas variantes morfofonológicas: *le*, *ne*” (p.78). De acordo com a autora, além das dificuldades que a linguagem neutra encontra para introduzir-se em todos esses sistemas, há também as barreiras impostas pelas características fonológicas do português brasileiro, como no caso das palavras terminadas em *-e*, cujas formas neutras “ganham a terminação *-ie*: *presidente/presidentie*; *chefe/chefie*” (p.78). Baseada em Schwindt (2020, p.6), Cavalcante nos alerta que “propor formas de neutro como *professorie* ou *presidentie* cai na questão de que ditongos em sílabas finais são monotongados” no português brasileiro (p.81). Portanto, palavras como “*cárie*” ou “*barbárie*” provavelmente seriam pronunciadas como “*car[i]*” ou “*barbar[i]*” (p. 82), já que, conforme assegura Schwindt (2020, p. 6)

Não há evidência para se supor que tal redução isentaria formas inovadoras com semelhante estrutura fonológica. Isso ocorrendo, o plural do masculino e o plural do avertado neutro se tornariam idênticos, *professor[i]s*. (apud Cavalcante, 2022, p.82)

No quinto capítulo, *Feminismo, mídias digitais e linguagem inclusiva* (p.95), Anna Christina Bentes, Rafaely Carolina da Cruz e Carolina Jansen Mendes analisam que estratégias são utilizadas para marcar o gênero gramatical em textos publicados entre 2019 e 2021 em sites e páginas de Facebook feministas. De acordo com as autoras, a linguagem neutra é um recurso linguístico que faz parte de um “esforço mais amplo de construção e de uso do que se tem entendido como linguagem inclusiva” (p.97). Para elas, a neutralização de gênero que se busca com o uso de @ ou de *-x*, além do morfema alternativo de gênero neutro *-e*, “podem ser considerados importantes recursos no combate a preconceitos linguísticos e à discriminação” (p.100). Para descrever o funcionamento da linguagem inclusiva no português brasileiro, as autoras citam dois estudos publicados recentemente no Brasil, o de Schwindt (2020) e o de Borba e Medeiros (2021).

Schwindt (2020) explica que há quatro tipos de empregos linguísticos ou semióticos que dizem respeito à prática da linguagem inclusiva em português brasileiro. O primeiro se caracteriza pelo uso do “feminino marcado no caso de substantivos comuns de dois gêneros (ex.: *a presidenta*)”; o segundo se dá através do emprego de formas no feminino e no masculino (ex.: *alunas* e *alunos*); o terceiro tipo se refere ao uso de @, *-x* ou *-e* (ex.: *amigx*, *amig@*, *amigue*); e o quarto tipo representa a alteração de pronomes como a forma neutra *ile* ao lado de *ele/ela* e o artigo *le* como alternativa para *o/a* (p.102). Por seu turno, Borba e Medeiros (2021) citam que há três estratégias pragmático-

discursivas em uso para evitar o sexismo na linguagem: a *visibilização*, a *neutralização* e a *ruptura*. De acordo com o autor e a autora, a *visibilização* se caracteriza pelo uso de formas coordenadas como em *alunas e alunos*. A *neutralização*, por sua vez, faz uso de hiperônimos, por exemplo: *as pessoas* ou *os indivíduos*. A *ruptura*, finalmente, é quando ocorre o uso do feminino em lugar do masculino, “mesmo que o grupo seja majoritariamente masculino” (p.102). Os resultados do corpus analisado pelas autoras do capítulo as permitem afirmar que há um “controle estratégico do exercício da linguagem inclusiva” (p.115), ocorrendo maior variação na marcação de gênero sobretudo quando “os coletivos feministas produzem gêneros textuais em que a interlocutora é diretamente interpelada” (p.116). Em suma, as autoras observam que há “uma tendência a reforçar tanto a interlocução com o público feminino como também com um público mais amplo” (p.117).

O sexto capítulo é mais um trabalho que nos ajuda a refletir sobre o gênero gramatical nas línguas e a compreender suas diferentes facetas. Escrito por Daniel Carvalho, em *Quem é ela? A invenção de um pronome não binário* (p.119), o autor transita entre a tradição gramatical e a antropologia linguística, dissertando sobre a invenção de um pronome não binário na língua portuguesa desde uma perspectiva que preferiu chamar de *crítica*. Além de abordar como está se dando esse processo em português brasileiro, seu texto se destaca pela riqueza de exemplos de como se manifestam os gêneros em línguas como: iorubá, guajiro, inglês, russo, sueco, mandarim, basco e finlandês. Em seu texto, Carvalho apresenta um panorama das línguas binárias que já iniciaram a tentativa de implementação de um pronome não binário em seu paradigma pronominal com base em dados estatísticos sobre o status da marcação de gênero nas línguas. A partir dos estudos de Anna Siewierska (2013), o autor afirma que a distinção de gênero em pronomes pessoais ocorre, na maioria das línguas, nos pronomes de terceira pessoa. Das 378 línguas analisadas por Siewierska (2013), 124 fazem distinção de gênero para referenciar seres animados e apenas 20 delas possuem marcação de gênero em pronomes de primeira ou de segunda pessoa. Carvalho cita o caso da língua iorubá, que segundo a socióloga e feminista nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (1997), antes de ocorrer a colonização europeia em África, o iorubá não fazia distinção de gênero, pois “sua estrutura social é historicamente fundamentada na senioridade (hierarquia etária)” (p.127). Oyěwùmí (1997) afirma que, até então, não havia distinção entre o que ocidentalmente nomeamos como homens e mulheres. As reflexões empreendidas por Carvalho dialogam com as asserções feitas no capítulo escrito por Silvia Cavalcante (p.73), no qual ela afirma que, “considerar o masculino o gênero neutro nas línguas ocidentais relaciona-se à maneira como se enxerga o mundo” (p.77). Cavalcante ainda acrescenta: “é a pressão do patriarcado que definiu a maneira como se enxerga o gênero na linguística” (p.77). Sendo assim, tanto o trabalho de Carvalho quanto o de

Cavalcante contrariam a máxima defendida por parte dos estudos da linguagem de que "a morfologia não tem nada a ver com questões ideológicas" (pp.23-24).

No sétimo capítulo, *Projetos de lei contrários à "linguagem neutra" no Brasil* (p.141), sob a ótica da análise de discurso materialista, Barbosa Filho inicia sua reflexão retomando o histórico das proibições linguísticas que assolam o Brasil desde Marquês de Pombal, no século XIX, com a instituição do *Diretório dos Índios* - que impede as populações indígenas de falarem tanto a língua geral quanto quaisquer outras de suas línguas nativas -, até Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), que veda às comunidades de imigrantes o direito de seguirem falando seus idiomas em território brasileiro. De acordo com o autor, "há uma memória constitutiva, uma espécie de discurso fundador das políticas de língua no Brasil situada justamente na interdição de certos falares e, conseqüentemente, de certos falantes" (pp.145-146), memória esta que retorna sob o mesmo pretexto da necessidade de se preservar uma língua nacional - que supostamente estaria em perigo -, mas que também se atualiza ao tentar interditar, desta vez, as vozes que reclamam pelo direito de existir e de serem ditas na língua e no discurso. Conforme a contextualização de Barbosa Filho, paralelamente ao negacionismo científico que se disseminava em nosso país e era endossado pelo governo Bolsonaro (2019-2022) e seus/suas aliados/as, desde 2020 se multiplicam as tentativas de implementação de políticas linguísticas coercitivas que visam a proibição do uso ou da abordagem da linguagem neutra em instituições de ensino ou de administração pública, através de Projetos de Lei (PL) propostos por legisladoras/es de esferas municipais, estaduais e federais ligadas/os a partidos políticos de ideologias conservadoras. Embora até o momento da escrita desta resenha nenhum desses PL's tenha sido aprovado em todas as instâncias previstas para se tornar lei, linguistas como Barbosa Filho têm se debruçado sobre eles, a fim de compreender como a linguagem neutra é retratada nesses PL's e quais concepções de *lingua(gem)* e de *neutra* emergem da textualidade de cada um. Segundo o autor, o conceito de *linguagem* aparece nos PL's quase sempre como *sinônimo de língua, meio de expressão, idioma ou norma culta* (p.147). *Neutra*, por outro lado, emerge nessas propostas como uma característica intrínseca à língua, mas que está correndo perigo de ser contaminada com a *ideologia de gênero*. Para o linguista, "esses sentidos parecem marcar tanto os 'compromissos ideológicos' dos discursos ali sustentados, quanto a disputa em torno da 'linguagem neutra' por aqueles que a reivindicam" (p.147). A análise que o autor faz da textualidade dos PL's aponta que a oposição à linguagem neutra busca defender a língua portuguesa - muitas vezes também citada como sinônimo de *ortografia* - e os *valores tradicionais* que são transmitidos às/aos estudantes na escola. Tais propostas legislativas reproduzem um discurso conservador, fundamentado na linguística, que nega que as línguas apresentam marcas de patriarcado e que o masculino genérico exclui e invisibiliza. Além disso, o discurso contra a linguagem neutra presente

nos PL's não reconhece que há uma demanda por visibilidade por parte das identidades que não se sentem representadas no binário feminino-masculino. O estudo realizado pelo autor nos mostra que há uma disputa nesses PL's entre um *nós* que é contra a linguagem neutra e um *eles* que a defendem. O *nós* "defende a língua nacional", "protege o direito dos estudantes" e a "integridade da língua pátria"; o *eles*, por outro lado, "não valoriza a língua portuguesa", "não defende os direitos dos estudantes" e "não constitui ou não faz parte do todo nacional" (p.152). A conclusão a que chega o autor é que os projetos de lei usam a defesa da língua como pretexto para impedir o que chamam de *ideologia de gênero*.

Na contramão do que propõem os Projetos de Lei apresentados no legislativo brasileiro, em *Contribuições para intervir na esfera pública: projeto de lei sobre linguagem inclusiva de gênero* (p.161) -oitavo capítulo da obra, escrito sob a ótica da análise de discurso materialista- a linguista Mara Glzman compartilha sua experiência ao participar da idealização do PL: *Ejercicio del derecho a la utilización del lenguaje inclusivo de género*, enviado à Câmara de Deputados da Argentina. Ao invés de pretender censurar seu uso, conforme expõe a autora, com essa proposta, parlamentares representantes das pautas feministas buscam "garantir o exercício do direito à liberdade de expressão na utilização da pluralidade de usos linguísticos que abarca a linguagem inclusiva de gênero, em todos os âmbitos da vida social" (p.163). Apesar de na Argentina, assim como no Brasil, haver uma disputa em torno ao tratamento dado à linguagem inclusiva por meio do uso de argumentos que se baseiam em discursos que defendem a "autonomia da língua" e que afirmam que esta não pode ser "transformada por movimentos políticos ou sociais" (p.168), Glzman pontua que a proposta não visa apenas garantir o direito de poder empregar qualquer uma das formas inclusivas já existentes, mas sim "toda forma não binária existente e que venha a surgir, para poder introduzir um desvio na matriz normativa" (p.169). Do seu ponto de vista, faz-se necessário intervir sobre as concepções normativas e morais que se tem sobre a variação linguística, não com a finalidade de produzir "novas moralidades", mas sim com o objetivo de vincular tal proposta de política linguística às políticas de direitos humanos (p.169). Assim, a estratégia argumentativa empregada na fundamentação do projeto se ampara nos direitos sociais e humanos já garantidos até o momento na Argentina, já que, nas palavras da autora, o país conta com um "contundente conjunto de antecedentes que promovem e/ou garantem o direito ao uso de todas as variantes da linguagem inclusiva de gênero" (p.170). Entre todas as conquistas sociais que a autora cita, destacamos duas. A primeira diz respeito à lei 27.610, promulgada em 2021, que garante o direito ao aborto legal, seguro e gratuito na Argentina, cujo texto possui um artigo que recomenda o uso da linguagem inclusiva "para que a lei tenha alcance não só sobre mulheres, mas para todas as pessoas com capacidade de gestar" (p.171). O segundo direito social no qual o PL se fundamenta é

no decreto nº 476/21, por meio do qual o Poder Executivo “autoriza a incluir a opção X no passaporte e no documento nacional de identidade para as pessoas que não se identifiquem como homens nem como mulheres” (p.171). Em síntese, ao longo de sua reflexão, Glozman busca enfatizar que a finalidade da proposta legislativa não é tornar obrigatório determinado uso inclusivo, mas sim, “garantir o exercício do direito à livre opção” (p.170).

Finalmente, em *A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola* (p.177) - nono e último capítulo da obra - Samuel de Oliveira propõe uma reflexão que contribui tanto para a formação inicial quanto para a formação continuada de professoras/es de línguas. Respalda na literatura do campo do ensino de línguas, Oliveira organiza seu trabalho visando a responder duas questões. A primeira diz respeito ao lugar que a linguagem neutra pode ocupar no ensino de língua portuguesa na escola. A segunda, gira em torno do papel do ambiente escolar e das/dos professoras/es de português na formação básica da cidadania. Tendo em vista esses objetivos, o autor inicia a discussão apresentando a teoria Queer e algumas de suas contribuições para o avanço dos estudos de gênero. Em seu texto, Oliveira contextualiza a leitora e o leitor sobre a origem do conceito de *gênero performativo*, cunhado por Judith Butler; define o que é *gênero não binário* e explicita quais são as principais pautas da linguagem neutra. Para fundamentar sua argumentação acerca do quanto pode ser fecundo trabalhar a linguagem neutra nas aulas de língua portuguesa, o autor retoma as diretrizes curriculares de documentos oficiais do ensino básico brasileiro, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, listando uma série de motivos que justificam sua abordagem na escola. O autor ressalta que os PCNs (Brasil, 1998) propõem que a educação e, mais especificamente, as aulas de língua portuguesa devem se pautar em ideais democráticos sociais e culturais, proporcionando às/aos estudantes as ferramentas necessárias para que acessem a “saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania e para plena participação social” (p.184). Ademais, em consonância com as diretrizes da nova BNCC (Brasil, 2018), Oliveira aponta que:

A linguagem neutra se estabelece, atualmente, como um debate sobre a sociedade. É por esse debate ser relevante, envolver a representação da diversidade e mobilizar posicionamento crítico que podemos afirmar que, a um só tempo, essa problemática possibilita, em alguma medida, o desenvolvimento das dez competências gerais da educação básica elencadas pela BNCC (p.191).

Assim, a partir de um ensino contextualizado e crítico, o que se defende no último capítulo é que a língua seja apresentada e pensada como uma prática social que se realiza em gêneros discursivos através do texto. O autor defende que o foco do ensino de língua não deve ser apenas o estudo da norma-padrão, mas também o estudo de outras variedades

do português. Ele reitera que é a partir da discussão sobre a heterogeneidade da língua que se torna possível a promoção de um espaço para a prática da reflexão linguística, já que “abordar a linguagem neutra é, inicialmente, abordar a variação linguística, uma vez que as formas linguísticas com e sem marcação de gênero estão em competição” (p.192). Assim, as questões levantadas pelo pesquisador corroboram a ideia de que discutir a linguagem neutra de modo crítico na escola pode contribuir para a conscientização do preconceito linguístico e para o respeito à diversidade:

No que tange à linguagem neutra, é preciso tanto compreender as diferentes realizações linguísticas quanto a origem da discriminação pela língua promovida por aqueles que consideram tais formas como uma ‘violação’ do português, com o intuito de combater tal discriminação, em prol do respeito linguístico. (p.192)

Assim, Oliveira defende que o corpo docente discuta o tema na escola sem “tomar partido sobre uma ou outra proposta de linguagem neutra” (p.195), buscando “explicar, com olhar de pesquisador, os usos linguísticos e os impactos sociais de cada um deles, adotando uma postura inclusiva e respeitosa que deve ser soberana no espaço escolar” (p.195). Em suma, para o pesquisador, “a aula de língua portuguesa não pode deixar de acompanhar a evolução da língua e as lutas sociais travadas no terreno linguístico” (p.195).

Encaminhando-nos para as considerações finais desta resenha, avaliamos que a leitura da obra *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate* se torna fundamental para estudantes de Letras e para quem deseja iniciar o estudo da linguagem neutra no português brasileiro. As discussões empreendidas pelas autoras e autores em seus capítulos ressaltam que o assunto divide opiniões, inclusive no interior dos estudos da linguagem, podendo ser analisado de diferentes perspectivas teóricas e concepções de língua e linguagem. Esta pluralidade de abordagens não se configura, em nossa análise, como uma debilidade do livro, ao contrário: enriquece o debate e permite que a leitora e o leitor acessem diferentes argumentos que circulam sobre esta prática linguística, sejam a favor ou contra. As reflexões sobre as formas e as funções atribuídas ao masculino e ao feminino, com base na observação de outros idiomas, revelam o status privilegiado do masculino em diferentes normas linguísticas e conseqüentemente nas epistemologias linguísticas. Isso demonstra, por um lado, que nem as línguas nem as teorias linguísticas são neutras; e, por outro lado, talvez justifique por que este tipo de ativismo resiste às tentativas de proibição, descrédito e negação de sua razão de existir. Finalmente, consideramos que a obra tem potencial de trazer para a consciência, tanto do senso comum quanto de setores conservadores dos estudos da linguagem, o negacionismo que há acerca da supremacia do masculino nas línguas e da conseqüente invisibilidade que seu uso provoca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Borba, R. & Medeiros, B. (2021). *Linguagem neutra*. <https://larvasincendiadas.com/2021/04/15/58-brune-medeiros-rodrigo-borba-linguagem-neutra/>
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf
- Brasil. (2014). *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*. Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. <http://portalsemiar.org.br/publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem/>
- Brasil. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>
- Caê, G. (2020). *Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa*. https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa
- Carboni, F. & Maestri, M. (2003). *A linguagem escravizada: Língua, história, poder e luta de classes*. Editora Expressão Popular.
- Faraco, C. A. (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. Parábola.
- Mattoso Câmara Jr, J. (1970). *Estrutura da língua portuguesa* (2ª ed.). Editora Vozes.
- Oyèwùmí, O. (1997). *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. University of Minnesota Press.
- Schwindt, L. C. (2020). Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista Da ABRALIN*, 19(1), 1–23. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1709>
- Siewierska, A. (2013). Gender Distinctions in Independent Personal Pronouns. In: M. S. Dryer & M. Haspelmath (Eds.), *The World Atlas of Language Structures Online*. Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology.

¹ Professora na Universidade Estadual Paulista, Licenciada em Letras com dupla habilitação em Português-Espanhol, Mestra em Linguística e Língua Portuguesa e doutoranda em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. Atualmente, investiga as representações sociolinguísticas presentes em manuais de linguagem não sexista, inclusiva e neutra publicados no Brasil e na Argentina. Sua pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² O androcentrismo, de acordo com Teresa Meana, "é o enfoque nas pesquisas e estudos de uma única perspectiva: a do sexo masculino". Supõe, segundo a sociolinguista, "considerar os homens como o centro e a medida de todas as coisas. Os homens são considerados, assim, os sujeitos de referência e as mulheres seres dependentes e subordinados a eles" (Brasil, 2014, pp.24-25).

Recepción: 15-06-2023

Aceptación: 20-10-2023